

## XXV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - XXV ENANCIB

### GT 5 – Política e Economia da Informação

#### ALGUMAS RELAÇÕES POSSÍVEIS ENTRE O ANTROPOCENO, O REGIME DE INFORMAÇÃO CONTEMPORÂNEO E A TEORIA CRÍTICA DA INFORMAÇÃO

##### *SOME POSSIBLE RELATIONS BETWEEN THE ANTHROPOCENE, THE CONTEMPORARY INFORMATION REGIME, AND THE CRITICAL THEORY OF INFORMATION*

**Taís Elaine da Silva** – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia;  
Universidade Federal do Rio de Janeiro (IBICT; UFRJ)

**Liz-Rejane Issberner** – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)

**Mayara Helena Fonseca** – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)

#### **Modalidade: Trabalho Completo**

**Resumo:** a crise ambiental global está diretamente relacionada às estruturas socioeconômicas contemporâneas, sendo agravada pelo modelo capitalista que promove a exploração da natureza para garantir crescimento econômico. O regime de informação hegemônico reforça essa lógica ao disseminar discursos que legitimam a mercantilização dos recursos naturais e dificultam a conscientização sobre os impactos dessa exploração. Este trabalho tem como objetivo analisar as interações entre o Antropoceno, o regime de informação contemporâneo e a teoria crítica da informação, investigando como essas dinâmicas contribuem para a perpetuação da crise ambiental global e quais caminhos podem ser explorados para sua superação. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa de cunho teórico-crítico, baseada na revisão bibliográfica e na aplicação do método dialético para examinar as contradições estruturais do sistema informacional vigente. Os resultados evidenciam que o regime de informação atual opera como mecanismo de reprodução ideológica, fortalecendo a alienação social e dificultando mudanças estruturais necessárias para enfrentar a crise ambiental. Como consideração final, destaca-se a importância da teoria crítica da informação para formular alternativas que promovam autonomia e liberdade, aliadas a uma política informacional que respeite os limites ecológicos do planeta e contribua para a construção de um futuro sustentável e socialmente justo.

**Palavras-chave:** Antropoceno; capitalismo; regime de informação; teoria crítica; competência crítica.

**Abstract:** the global environmental crisis is directly linked to contemporary socioeconomic structures, exacerbated by the capitalist model that promotes the exploitation of nature to ensure economic growth. The hegemonic information regime reinforces this logic by disseminating narratives that legitimize the commodification of natural resources and hinder awareness of the impacts of such exploitation. This study aims to analyze the interactions between the Anthropocene, the contemporary information regime, and critical information theory, investigating how these dynamics contribute to the perpetuation of the global environmental crisis and exploring possible paths for its resolution. The research adopts a qualitative approach with a theoretical-critical perspective, based on a bibliographic review and the application of the dialectical method to examine the structural contradictions of the current informational system. The results highlight that the prevailing information regime functions as an ideological reproduction mechanism, strengthening social alienation and obstructing the structural

changes necessary to address the environmental crisis. As a final consideration, the study emphasizes the importance of critical information theory in formulating alternatives that promote autonomy and freedom, alongside an information policy that respects the planet's ecological limits and contributes to the construction of a sustainable and socially just future.

**Keywords:** Anthropocene; capitalism; information regime; critical theory; critical competence.

## **1 INTRODUÇÃO**

A crise ambiental global é uma das principais ameaças à sobrevivência da humanidade, e suas causas estão diretamente ligadas às estruturas socioeconômicas contemporâneas. O capitalismo, baseado na exploração contínua da natureza para garantir crescimento econômico, tem aprofundado os impactos ambientais, levando o planeta a um cenário de degradação irreversível.

Nesse contexto, o regime de informação hegemônico reforça a lógica capitalista ao produzir, organizar e disseminar discursos que legitimam a mercantilização da natureza, dificultando a conscientização e a mobilização para uma transformação socioambiental significativa.

Para enfrentar essa condição, a teoria crítica da informação se apresenta como um importante constructo teórico, voltado à análise das contradições do sistema informacional vigente e à proposição de alternativas para uma política de informação emancipatória e sustentável. Autores como Christian Fuchs (2009), Carlos Alberto Ávila Araújo (2009), Arthur Coelho Bezerra (2024) têm contribuído significativamente com o avanço teórico, ao relacionar a informação a temas como justiça social, exclusão informacional e formação da consciência crítica.

Este estudo busca examinar as interações entre o Antropoceno, o regime de informação contemporâneo e a teoria crítica da informação, investigando como esses elementos se articulam na perpetuação da crise ambiental global e na construção de caminhos para sua superação.

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa de cunho teórico-crítico, fundamentada em uma revisão bibliográfica sobre capitalismo, Antropoceno, regimes de informação e teoria crítica da informação. Com base na obra de autores como Fraser, Jaeggi, Frohmann, e Issberner e Bezerra, busca-se compreender como o regime de informação hegemônico contribui para o aprofundamento do Antropoceno e reforça a ideologia capitalista.

O trabalho utiliza a dialética para confrontar ideias e conceitos, investigando os conflitos entre alienação, fetichismo informacional e hegemonia capitalista, buscando alternativas teóricas e práticas para uma política de informação mais emancipatória. Dessa forma, o método dialético serve como uma ferramenta crítica para mapear as tensões entre o atual regime de informação e possibilidades de sua superação.

## **2 ANTROPOCENO E CAPITALISMO: A EXPLORAÇÃO DA NATUREZA E A CRISE AMBIENTAL**

O planeta Terra encontra-se numa crise ambiental global. Algumas regiões enfrentam intensas ondas de calor e estiagem enquanto outras são devastadas por chuvas intensas e alagamentos. Além da crise climática, outros problemas ambientais são percebidos na contemporaneidade: destruição do ozônio estratosférico; acidificação dos oceanos; alteração dos fluxos biogeoquímicos do carbono, oxigênio, nitrogênio, fósforo e enxofre; mercantilização do uso da água doce; perda da integridade da biosfera; poluição química, por microplástico e materiais radioativos (Rockström *et al.*, 2009).

O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, 2023) afirma ser inequívoca a associação das mudanças climáticas à influência humana. O aumento dos gases do efeito estufa (GEE) na atmosfera são provenientes, em grande parte, da queima de combustíveis fósseis, base da matriz energética que atende às demandas do crescimento econômico infinito necessário ao capitalismo. Fraser e Jaeggi (2020) definem o capitalismo como ordem social institucionalizada com diversas contradições e crises sistêmicas ligado não apenas a economia, mas a diversos aspectos da sociedade, inclusive ao ecológico. O progresso técnico-econômico permitiu que o capitalismo se tornasse totalitário e estabelecesse uma ligação estreita com a subjetividade com intuito de criar desejos e necessidades (Marcuse, 2015). A natureza é explorada secularmente para atender essas necessidades e impulsionar o crescimento econômico.

Nesse sistema, a natureza é interpretada como um recurso e é explorada para obter mais-valia. O ser humano, os animais, os minerais, a terra, a água, o ar – tudo é transformado em recurso para se obter lucro. O processo de colonização do chamado “Novo Mundo” contribuiu decisivamente para a formação da economia-mundo, lançando as bases estruturantes do sistema capitalista por meio de uma lógica de acumulação primária e exportadora (Acosta; Brand, 2018). Essa acumulação originária de capital esteve associada à expropriação de recursos naturais, ao uso sistemático da violência e à exploração de povos

**XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB**  
**Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025**

colonizados. Como destaca Marx (2013), a descoberta de terras ricas em ouro e prata nas Américas, o extermínio e a escravização de populações indígenas forçadas a trabalhar nas minas, o início da conquista e pilhagem das Índias Orientais e a transformação do continente africano em uma zona de captura sistemática de pessoas para o tráfico configuram os marcos iniciais da era da produção capitalista.

Além da colonização, o sistema de propriedade privada no capitalismo rompe a relação direta entre a maioria da população e a natureza, promovendo uma alienação sistemática do meio ambiente. Essa separação é fundamental para o desenvolvimento do trabalho assalariado e da acumulação de capital, evidenciando contradições estruturais que ultrapassam a esfera econômica (Foster, 2000). O neoliberalismo e os avanços tecnológicos diversificaram e aceleraram a exploração da natureza, o que culmina na desestabilização das condições para existência da vida no planeta (Fraser; Jaeggi, 2020).

A constante expansão do capitalismo encaminha o planeta para uma nova era geológica chamada Antropoceno, uma nova época geológica, marcada pela influência significativa das atividades humanas sobre o planeta. Essa era representaria o fim do Holoceno, período caracterizado por condições ambientais favoráveis à expansão da humanidade, tanto pela ocupação territorial quanto pelo crescimento populacional. No Antropoceno, as ações humanas passam a desestabilizar o sistema Terra, provocando o aquecimento global, a elevação do nível dos oceanos, a perda da biodiversidade, a escassez hídrica, a poluição química generalizada, entre outras catástrofes (Léna; Issberner, 2022). Segundo essa perspectiva, a humanidade se torna um agente geológico capaz de alterar o clima, os ecossistemas e a composição química da Terra em uma escala comparável à dos processos naturais de longa duração, como as eras glaciais e os eventos de extinção em massa (Issberner; Léna, 2018).

Moore (2022) argumenta que a economia política do capitalismo se apoia em uma estratégia ousada de acumulação baseada no conceito de "natureza barata" (*cheap nature*). Para o sistema capitalista, a natureza é considerada barata em dois sentidos complementares: primeiro, ao atribuir preços baixos aos elementos naturais, transformando-os em mercadorias de baixo custo; segundo, ao desvalorizar a natureza no plano ético e político, reduzindo seu status e importância para justificar sua exploração. Esses dois aspectos operam de forma articulada e têm acompanhado cada grande transformação do capitalismo ao longo dos últimos cinco séculos.

**XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB  
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025**

Moore (2022) critica o termo Antropoceno para designar a nova era, pois ele sugere que todos os humanos compartilham igualmente a responsabilidade pela devastação ambiental. Em seu lugar, propõe o termo Capitaloceno, que atribui essa responsabilidade ao modo de produção capitalista, sustentado por uma lógica de acumulação infinita, extração de valor da natureza e exploração do trabalho. Para o autor, o termo Capitaloceno denuncia o sistema de exploração ambiental e da força de trabalho que sustenta o capitalismo global, cujas raízes se encontram no colonialismo, no racismo estrutural, no patriarcado e em outras formas de dominação (Moore, 2022).

A dominação da subjetividade e as necessidades produzidas pelo capitalismo são estratégias para obscurecer as contradições inerentes desse sistema e impedir a conscientização sobre a realidade necessária para a superação da sociedade dividida entre exploradores e explorados e da sociedade antropocentrada para uma biocentrada. Chauí (2003) escreve que a alienação, a reificação e o fetichismo tornam as atividades humanas autônomas da humanidade, coisificando os humanos. O capitalismo separa a produção das ideias das condições históricas sociais em que elas são geradas. Essa condição possibilita a criação de uma ideologia justificante desse sistema não correspondente à realidade. Essas ideologias alienam o ser humano em relação a sua própria existência e em relação à dominação do aspecto econômico sobre todas as outras esferas.

É nesse cenário que as reflexões de Bezerra (2019, 2024) se tornam cruciais. Uma sociedade com pessoas alienadas encontra barreiras para refletir sobre sua estrutura e barreiras para a mobilização social em luta por liberdade e autonomia. Essa condição é radicalmente aprofundada pelo que Bezerra (2024) define como o regime de informação do capitalismo contemporâneo. A vigilância contínua, ocasionada pela tecnologia digital e pelo uso de algoritmos para classificar dados, representa a infraestrutura desse novo regime. Mais do que vigiar, a dataficação da vida, a transformação de todas as nossas ações em dados, se torna a principal fonte de extração de valor, uma expansão da lógica do Capitaloceno para a própria subjetividade. Assim, como reflete Bezerra (2024), a "miséria da informação" não se refere à falta de dados, mas ao excesso de informação irrelevante e fragmentada que, ao ser gerenciada por algoritmos, produz um obscurecimento da realidade, fortalece a alienação e impede a formação de uma consciência crítica. Confrontar o regime de informação com uma política pautada na teoria crítica torna-se, portanto, uma tarefa central para desafiar as estruturas do Capitaloceno.

### 3 REGIME E REGIME DE INFORMAÇÃO: PODER, CONHECIMENTO E CONTROLE

O conceito de regime, entendido como um conjunto estruturado de normas, práticas, instituições e relações de poder que regulam determinado campo social, encontra fundamento teórico em autores como Michel Foucault, Antonio Gramsci e Pierre Bourdieu. Foucault (1995) contribui com a noção de regime de verdade, definido como “o conjunto de procedimentos regulados para a produção, a enunciação, a circulação e o funcionamento dos enunciados” que determinam o que pode ser aceito como verdadeiro em uma sociedade. Ao destacar os dispositivos de poder-saber, ele evidencia como certos discursos são legitimados enquanto outros são silenciados. Gramsci (2001), por sua vez, elabora o conceito de hegemonia, compreendida como a capacidade de um grupo social de exercer direção política e intelectual sobre os demais, estabelecendo um regime ideológico que se impõe não apenas pela coerção, mas também pelo consentimento. Já Bourdieu (2004) argumenta que os campos sociais funcionam segundo lógicas próprias e regras implícitas, o que os torna regimes relativamente autônomos de regulação simbólica, onde se travam disputas por poder e reconhecimento.

Tratando especificamente do governo estadunidense, Frohmann (1995) discute a inexistência de uma política nacional de informação independente e não reducionista que facilitou que o setor privado se tornasse o grande criador e detentor de sistemas de informação. Uma política de informação de um país pode fortalecer ou transformar o regime de informação hegemônico praticado. A ausência ou a fraqueza desta política permite que interesses capitalistas a direcionem para seu próprio benefício.

Frohmann (1995) sugere o conceito de regime de informação como alternativa às pesquisas sobre políticas de informação que até então pouco abordavam o aspecto político. O conceito de regime de informação percebe a informação não apenas em seus aspectos operacionais, mas sobretudo se atenta à dimensão política e as relações de poder sobre a produção, organização e disseminação da informação. Frohmann (1995) define um regime de informação como um sistema de informação onde a informação “flui através de canais determinados de produtores específicos, via estruturas organizacionais específicas, para consumidores ou usuários específicos.” Ainda de acordo com Frohmann (1995) a análise do desenvolvimento, estabilização e manutenção de um regime de informação permite uma intervenção inteligente e responsável numa política de informação.

Para conhecer um regime de informação, a pesquisadora González de Gómez (2012, p. 44) escreve que é necessário “analisar as relações de uma pluralidade de atores, práticas e recursos, à luz da transversalidade específica das ações, meios e efeitos de informação.” Um regime de informação é configurado pela interconexão dos atores sociais (cidadãos, políticos, líderes comunitários), organizacionais (instituições e empresas públicas ou privadas, escolas e universidades, associações de trabalhadores) e as diversas formas de TICs (*internet*, satélites, rede de telecomunicações, *chips*). No pensamento de Frohmann (1995) descrever um regime de informação significa “mapear os conflituosos processos que resultam em estabilizações provisórias e inquietas de conflitos entre grupos sociais, interesses, discursos e até mesmo artefatos científicos e tecnológicos”.

De acordo com Braman (2004) o papel da informação como dispositivo de poder contribui para a formação de um regime de informação global (devido ao envolvimento de atores estatais e não estatais) e emergente (por ainda estar em formação). Durante o século XX, podemos dizer que houve uma hegemonia estadunidense sobre o regime de informação global devido sua importância econômica ocupada após o término da Primeira Guerra Mundial (Bezerra, 2017). Braman (2004, p. 20) ressalta que “a política de informação[...], a inovação tecnológica e os consequentes processos da globalização foram fatores particularmente importantes no estímulo à transformação do regime global de políticas de informação”. As inovações tecnológicas e da ciência ocorreram em prol da aceleração do crescimento e do desenvolvimento econômico, o que ocasionou em políticas de informação tendenciosas a esses objetivos, sem observar o “necessário processo democrático de construção de políticas de informação, que deveria orientar a definição de marcos regulatórios que protejam os indivíduos de possíveis perdas de privacidade, liberdade e autonomia” (Bezerra, 2019, p. 32).

#### **4 REGIME DE INFORMAÇÃO CONTEMPORÂNEO: TECNOLOGIA, VIGILÂNCIA E ALIENAÇÃO**

O desenvolvimento tecnológico, sob a égide do capitalismo, intensifica a exploração da natureza em nome do crescimento econômico. Esse processo alimenta cadeias produtivas globais para a fabricação de dispositivos, a manutenção de infraestruturas e o comércio de mercadorias. O resultado abrange não apenas impactos socioambientais severos, como a extração predatória de recursos, mas também a geração contínua de lixo eletrônico, impulsionada pela obsolescência programada (Acosta; Brand, 2018). Conforme discute

Bezerra (2025), esse modelo configura um regime de informação orientado pela acumulação, no qual a inovação serve ao capital. A consequência paradoxal é o que Bezerra (2024) define como a miséria da informação: uma abundância de dados que coexiste com uma profunda degradação ambiental e uma crescente dificuldade de compreensão crítica da realidade.

Um dos pilares dessa miséria é a materialidade invisibilizada da "nuvem" digital. Segundo Bezerra (2024), embora o senso comum a perceba como algo etéreo, ela depende de uma vasta infraestrutura física de data centers, que consomem quantidades massivas de energia e água. Bezerra (2024) destaca que essa infraestrutura revela o peso ambiental da informação. A existência do mundo digital exige a extração constante de minerais raros e a expansão de sistemas energéticos poluentes, o que torna a própria informação um vetor de degradação do planeta e oculta sua pegada ecológica do debate público.

A vigilância é o motor extrativo desse regime. Como aponta Bezerra (2019), a coleta massiva de dados, intensificada após o 11 de setembro, tornou-se o modelo de negócio dominante na *internet*. Tecnologias como *smartphones* e plataformas de redes sociais permitem uma "organização algorítmica da informação que usa princípios de inteligência artificial para classificar o massivo volume de dados (*big data*)" (Bezerra, 2019, p. 46). Esse mecanismo, conhecido como dataficação, converte a experiência humana em dados comportamentais (Bezerra, 2024). Empresas como *Google* e *Facebook* não apenas usam esses dados para publicidade, mas os transformam em produtos preditivos que visam moldar o comportamento futuro do consumidor, o que aprofunda a lógica extrativista do capital sobre a própria subjetividade.

É aqui que o regime de informação produz ativamente a ignorância. A "miséria da informação" não é ausência de conteúdo, mas a sua organização algorítmica, que privilegia o engajamento em detrimento da veracidade. Essa arquitetura digital cria as condições ideais para os regimes de ignorância, especialmente a produção ativa e a escolha seletiva do que é visto. Ao aprisionar usuários em bolhas informacionais e promover desinformação por sua viralidade, os algoritmos alimentam diretamente o fenômeno da pós-verdade, onde, como aponta D'Amaral (2021), a verdade se torna dispensável. A miséria informacional, portanto, é o solo fértil para o negacionismo e a erosão do debate público.

A ausência de uma política de informação democratizante, aliada ao fortalecimento de regimes de ignorância e da desinformação algorítmica, marca a ascensão da pós-verdade. Nesse contexto, fatos objetivos são substituídos por opiniões que validam crenças

previamente estabelecidas, tornando a verdade dispensável. Para D'Amaral (2021), a pós-verdade representa o colapso da tradição ocidental fundamentada na verdade como critério de validade do discurso, substituída por simulacros e pela potência produtiva do falso.

O regime de informação hegemônico atual serve aos interesses da economia neoliberal, sendo protagonizado por corporações como Google, Facebook, Apple e Microsoft, além de grupos de mídia hegemônicos. O Estado atua como legitimador de normas que favorecem esses interesses (Fraser; Jaeggi, 2020), ao passo que se omite na formulação de políticas que garantam privacidade, liberdade e autonomia informacional. O discurso promovido por esse regime reforça a ideologia capitalista, reproduzindo alienação, reificação e fetichismo.

Excelente. O texto já estabelece boas conexões, mas podemos aprofundar a integração das ideias de Arthur Bezerra para que o conceito de "miséria da informação" funcione como um fio condutor que amarra a materialidade da tecnologia, a vigilância, a produção da ignorância e a alienação.

A seguir, uma versão reescrita da seção que busca fortalecer essa coesão, ao transformar a "miséria da informação" no conceito central que explica os demais fenômenos.

#### **4 REGIME DE INFORMAÇÃO CONTEMPORÂNEO: TECNOLOGIA, VIGILÂNCIA E ALIENAÇÃO**

O desenvolvimento tecnológico, sob a égide do capitalismo, intensifica a exploração da natureza em nome do crescimento econômico. Esse processo alimenta cadeias produtivas globais para a fabricação de dispositivos, a manutenção de infraestruturas e o comércio de mercadorias. O resultado abrange não apenas impactos socioambientais severos, como a extração predatória de recursos, mas também a geração contínua de lixo eletrônico, impulsionada pela obsolescência programada. Conforme discute Bezerra (2025), esse modelo configura um regime de informação orientado pela acumulação, no qual a inovação serve ao capital. A consequência paradoxal é o que o autor define como a miséria da informação: uma abundância de dados que coexiste com uma profunda degradação ambiental e uma crescente dificuldade de compreensão crítica da realidade.

Um dos pilares dessa miséria é a materialidade invisibilizada da "nuvem" digital. Embora o senso comum a perceba como algo etéreo, ela depende de uma vasta infraestrutura física de *data centers*, que consomem quantidades massivas de energia e água. Bezerra (2024) destaca que essa infraestrutura revela o peso ambiental da informação. A existência do

**XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB**  
**Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025**

o mundo digital exige a extração constante de minerais raros e a expansão de sistemas energéticos poluentes, o que torna a própria informação um vetor de degradação do planeta e oculta sua pegada ecológica do debate público.

A vigilância é o motor extrativo desse regime. Como aponta Bezerra (2019), a coleta massiva de dados, intensificada após o 11 de setembro, tornou-se o modelo de negócio dominante na *internet*. Tecnologias como *smartphones* e plataformas de redes sociais permitem uma "organização algorítmica da informação que usa princípios de inteligência artificial para classificar o massivo volume de dados (*big data*)". Esse mecanismo, conhecido como dataficação, converte a experiência humana em dados comportamentais. Empresas como Google e Facebook não apenas usam esses dados para publicidade, mas os transformam em produtos preditivos que visam moldar o comportamento futuro do consumidor, o que aprofunda a lógica extrativista do capital sobre a própria subjetividade.

É aqui que o regime de informação produz ativamente a ignorância. A "miséria da informação" não é ausência de conteúdo, mas a sua organização algorítmica, que privilegia o engajamento em detrimento da veracidade. Essa arquitetura digital cria as condições ideais para os regimes de ignorância descritos por Proctor (2008), especialmente a produção ativa e a escolha seletiva do que é visto. Ao aprisionar usuários em bolhas informacionais e promover desinformação por sua viralidade, os algoritmos alimentam diretamente o fenômeno da pós-verdade, onde, como aponta D'Amaral (2021), a verdade se torna dispensável. A miséria informacional, portanto, é o solo fértil para o negacionismo e a erosão do debate público.

Em síntese, o regime de informação hegemônico, protagonizado por corporações de tecnologia e legitimado pelo Estado opera em um ciclo destrutivo. Sua base material explora a natureza para sustentar uma infraestrutura poluente e não respeita os limites ecológicos. Seu motor econômico é a vigilância e a dataficação da vida. Seu resultado ideológico é a miséria da informação, que gera ignorância, polarização e aprofunda a alienação, a reificação e o fetichismo. Os próprios dispositivos que nos conectam a esse regime, projetados para a obsolescência, garantem a continuidade desse ciclo de extração e descarte, o que agrava a crise socioambiental.

Diante desse cenário, é urgente desenvolver uma política de informação que confronte diretamente esse regime. Tal política deve promover a autonomia cidadã, expor os custos ecológicos da tecnologia e reverter os danos produzidos pela miséria informacional. A Ciência da Informação, com o apoio da teoria crítica da informação, possui as ferramentas para

fundamentar uma práxis transformadora e lutar por um futuro que não seja refém da acumulação e da desinformação.

## **5 TEORIA CRÍTICA DA INFORMAÇÃO: DESAFIOS E CAMINHOS PARA A EMANCIPAÇÃO**

Teoria e prática são duas dimensões distintas que regem o conhecer e o agir. Teoria é uma hipótese ou um conjunto de argumentos que visam compreender “como as coisas são” em um determinado fenômeno ou nas ligações entre fenômenos distintos. Uma teoria científica, além de explicar esses fenômenos, antever possibilidades futuras por meio das conexões existentes. Quando um prognóstico se mostra correto podemos dizer que a teoria foi confirmada e quando as previsões são incorretas dizemos que a teoria foi refutada. A prática pode ser enxergada como uma teoria aplicada a fim de manipular eventos na sociedade. Outra forma de enxergar a prática é considerá-la como um conjunto de ideais que orientam nossa forma de vida ou ainda como uma visão do que as coisas poderiam ser, e que se expressa em disciplinas como ética, a moral, a política e o direito (Nobre, 2011).

A Teoria Tradicional consiste em uma sucessão de proposições hierárquicas sem contradições de um campo específico do saber. O que define uma teoria como verdadeira é a sua conformidade com a prática. Essa separação entre a verdade e prática não considera a constituição histórica de seu próprio método científico, o que acarreta num conhecimento sem considerar os encadeamentos históricos e as forças hegemônicas existentes em um determinado espaço e tempo. Contra esse aspecto da Teoria Tradicional insurge o comportamento crítico, um princípio da Teoria Crítica. Esse comportamento direciona o cientista a investigar a vida social sem dispensar da reflexão histórica sobre o conhecimento produzido e seu papel dentro da divisão social do trabalho.

A Teoria Crítica questiona a distinção entre a teoria e a prática. A prática é uma parte da teoria e seu resultado deve retroalimentar a teoria. Não é possível mostrar como as “coisas são” sem vislumbrar “como as coisas poderiam ser.” A Teoria Crítica busca apontar as potências imanentes de emancipação dos poderes hegemônicos em uma sociedade. Busca-se diagnosticar os empecilhos que impedem que os potenciais emancipatórios se desenvolvam. Para tanto observa os modelos de organização social atuais, correlacionando-os com um diagnóstico histórico com o intuito de produzir prognósticos e sugerir ações necessárias para alcançar a emancipação. A investigação das raízes de tais fatos e o exame de suas alternativas históricas são parte do objetivo de uma teoria crítica da sociedade contemporânea, uma

teoria que analisa a sociedade à luz de suas aptidões utilizadas e não-utilizadas ou malbaratadas para aprimorar a condição humana (Marcuse, 2015).

De acordo com estudos realizados por Honneth (1999), a teoria crítica deriva do pensamento de um grupo de intelectuais que fundaram a Escola de Frankfurt no Instituto para Pesquisa Social da Universidade de Frankfurt. A ascensão do nazismo na Alemanha obrigou esses cientistas a se exilarem. Horkheimer escreve na década de 1930 um texto onde apresenta os princípios teóricos da teoria crítica: “a historicidade dos sujeitos cognoscentes, a totalidade dos fenômenos sociais e a tensionalidade presente na sociedade” (Horkheimer, 1980). Os diagnósticos formulados pela teoria crítica precisam ser renovados constantemente para a “tornar possível que continuemos formulando uma perspectiva a partir da qual os obstáculos à emancipação ou potenciais emancipatórios, quando presentes numa dada sociedade, sejam considerados e analisados de modo crítico” (Melo, 2011, p. 249).

Fundamentar o desenvolvimento de uma política de informação na teoria crítica implica compreender as configurações sociais vigentes, considerando como ela poderia ser formatada para promover a privacidade, a liberdade e a autonomia dos indivíduos, ao mesmo tempo em que se identificam os obstáculos que dificultam a concretização desses objetivos. Em linhas gerais, a Teoria Crítica da Informação busca compreender os processos informacionais sob uma perspectiva emancipatória, interrogando as estruturas de poder, dominação e ideologia que atravessam a produção, circulação e acesso à informação. Essa abordagem é crucial para decifrar e combater a “miséria da informação”. Assim, a Teoria Crítica permite uma leitura aprofundada das tecnologias informacionais, das práticas de mediação e dos regimes de verdade que conformam o campo informacional contemporâneo (Fuchs, 2009; Araújo, 2009; Bezerra, 2019, 2024).

A partir dessa perspectiva crítica, torna-se possível identificar como determinadas configurações informacionais se consolidam como regimes hegemônicos, sustentados por interesses econômicos, políticos e simbólicos. O regime de informação hegemônico em vigor apresenta diversas características que dificultam sua transformação, como apontado por Bezerra (2019, p. 30):

Fenômenos como vigilância digital, mineração de dados pessoais e invasão de privacidade, filtragem algorítmica da informação, desinformação e circulação de fake news [...] constituem obstáculos que impedem que o regime de informação em vigor seja melhor do que poderia ser, tendo em vista o interesse dos indivíduos.

A competência crítica em informação é destacada por Bezerra (2019) como uma ferramenta estratégica de uma práxis transformadora deste regime de informação. Instituições como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e a União Europeia reconhecem a urgência de promover as competências informacionais e midiáticas, sobretudo como resposta ao avanço das desinformações sistematicamente disseminadas por diversos regimes de ignorância. A competência crítica em informação aliada a pedagogia crítica de Paulo Freire são exemplos de práticas emancipatórias, uma vez que podem ser importantes aliadas para o desvelamento da ideologia dominante disseminada pelo regime de informação.

A abordagem da teoria crítica da informação se aproxima do materialismo interdisciplinar de Horkheimer (1980). Ao recorrer ao repertório dos estudos informacionais, às contribuições da economia política, da psicologia e das teorias da cultura, essa perspectiva busca compreender as formas de socialização dos cidadãos nos regimes de informação existentes (Bezerra, 2019).

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante da crise ambiental global, aprofundada pelo regime de informação hegemônico que reforça a lógica capitalista, este estudo buscou analisar as conexões entre o Antropoceno, a estrutura informacional contemporânea e a teoria crítica da informação. Ao longo da pesquisa, identificou-se que o regime de informação vigente opera como um mecanismo de reprodução ideológica, o que dificulta a conscientização sobre os impactos da exploração da natureza e da alienação social. Essa configuração evidencia a urgência de uma política de informação que promova autonomia, privacidade e liberdade, além de combater os regimes de ignorância e a desinformação algorítmica que sustentam o modelo econômico dominante.

A teoria crítica da informação se apresenta como um instrumento fundamental para essa transformação, ao propor reflexões sobre as contradições do sistema e mapear possibilidades para sua superação. Através da competência crítica em informação e da pedagogia crítica, torna-se possível desvelar os dispositivos que perpetuam a alienação, fornecendo subsídios para um regime informacional que respeite os limites ecológicos do planeta e contribua para a emancipação social. Nesse sentido, este trabalho reforça a necessidade de ações coletivas, teóricas e políticas que possibilitem um novo paradigma

**XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB**  
**Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025**

informacional, capaz de enfrentar os desafios do Antropoceno e construir alternativas para um futuro sustentável e justo.

### **REFERÊNCIAS**

ACOSTA, A.; BRAND, U. **Pós-extratativismo e decrescimento: saídas do labirinto capitalista**. São Paulo: Elefante, 2018.

ARAÚJO, C. A. Á. Correntes teóricas da ciência da informação. **Ciência da Informação**, v. 38, n. 3, p. 192–204, set./dez. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/qhsrgPL7T6RbKKVbMwrPMNb/?format=pdf>. Acesso em: 10 maio 2025.

BEZERRA, A. C. **Miséria da informação: dilemas éticos da era digital**. Rio de Janeiro: Garamond, 2024.

BEZERRA, A. C. O regime de informação do capitalismo industrial de plataforma: novas tecnologias, velhas relações sociais. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 18, n. 1, p. 1-23, jan./jun. 2025.

BEZERRA, A. C. Teoria crítica da informação: proposta teórico-metodológica de integração entre os conceitos de regime de informação e competência crítica em informação. *In*: BEZERRA, A. C. *et al.* **ikritika: estudos críticos em informação**. Rio de Janeiro: Garamond, 2019. p. 15-72.

BEZERRA, A. C. Vigilância e cultura algorítmica no novo regime global de mediação da informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 22, n. 4, p. 68-81, out./dez. 2017.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

BRAMAN, S. **The Emergent Global Information Policy Regime**. New York: Palgrave Macmillan, 2004.

CHAUÍ, M. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

D'AMARAL, M. T. **Seis Ensaios da Quarentena**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2021.

FOSTER, J. B. **Marx's Ecology: materialism and nature**. New York: Monthly Review Press, 2000.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 18. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1995.

FRASER, N.; JAEGGI, R. **Capitalismo em debate: uma conversa na teoria crítica**. São Paulo: Boitempo, 2020.

FROHMANN, B. Taking information policy beyond information science: applying the actor network theory. *In*: ANNUAL CONFERENCE OF THE CANADIAN ASSOCIATION FOR INFORMATION SCIENCE, 23., 1995, Edmonton, Alberta. **Anais [...]**. Edmonton, Alberta, 1995. Disponível em:

**XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB**  
**Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025**

[https://www.academia.edu/14044809/Taking\\_information\\_policy\\_beyond\\_information\\_science\\_applying\\_the\\_actor\\_network\\_theory](https://www.academia.edu/14044809/Taking_information_policy_beyond_information_science_applying_the_actor_network_theory). Acesso em: 11 abr. 2025.

FUCHS, C. Towards a critical theory of information. **TripleC: communication, capitalism & critique**, v. 7, n. 2, p. 243–292, 2009. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/267792128\\_Towards\\_a\\_critical\\_theory\\_of\\_Information](https://www.researchgate.net/publication/267792128_Towards_a_critical_theory_of_Information). Acesso em: 10 maio 2025.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Regime de informação: construção de um conceito. **Informação e Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 22, n. 3, p. 43-60, set./dez. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/14376>. Acesso em: 10 maio 2025.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 1.

HONNETH, A. Teoria crítica. In: GIDDENS, A.; TURNER, J. **Teoria social hoje**. São Paulo: 1999. p. 503-552.

HORKHEIMER, M. **Teoria Tradicional e Teoria Crítica**. Os Pensadores. São Paulo, Abril Cultural, 1980.

IPCC. **Mudança do Clima 2023: Relatório Síntese**. Contribuição dos Grupos de Trabalho I, II e III ao Sexto Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima. Tradução oficial. Brasília: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, 2023.

ISSBERNER, L-R; LÉNA, P. Anthropocene: the vital challenges of a scientific debate. **The UNESCO Courier**, n. 2, p. 7-10, 2018. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000261901>. Acesso em: 10 maio 2025.

LÉNA, P.; ISSBERNER, L-R. Apresentação. **Liinc em Revista**, [s. l.], v. 18, n. 1, p. e6000, 2022. DOI: 10.18617/liinc.v18i1.6000. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/6000>. Acesso em: 10 maio 2025.

MARCUSE, H. **O homem unidimensional: estudos da ideologia da sociedade industrial avançada**. São Paulo: EDIPRO, 2015.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política. Livro I**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MELO, R. Teoria crítica e os sentidos da emancipação. **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, n. 62, p. 249-262, maio/ago. 2011.

MOORE, J. W. O Capitaloceno, parte II: natureza barata, ou por que o mundo não é um recurso. In: MOORE, J. W. (org.). **Antropoceno ou Capitaloceno? Natureza, história e a crise do capitalismo**. São Paulo: Editora Elefante, 2022. p. 117-150.

NOBRE, M. **Teoria crítica**. 3.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

**XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB**  
**Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025**

PROCTOR, R. N. Agnotology: a missing term to describe the cultural production of ignorance (and its study). *In*: PROCTOR, R. N.; SCHIEBINGER, L. (org.). **Agnotology**: the making and unmaking of ignorance. Stanford: Stanford University Press, 2008. p. 1–33.

ROCKSTRÖM, J. *et al.* A safe operating space for humanity. **Nature**, v. 461, p. 472-475, 2009. DOI: 10.1038/461472a.

### **AGRADECIMENTOS**

Este trabalho contou com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj).